

Novo MEC confirma compromisso com a ampliação de programas de acesso ao ensino superior



Em reuniões com representantes do ensino superior, o presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, ressaltaram que a nova gestão pretende ampliar os recursos para o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), além de trabalhar para desburocratizar o processo regulatório e analisar a nova política de formação médica do país.

O novo ministro da Educação, Camilo Santana, confirmou que o governo federal está comprometido com o plano de retomada de programas de acesso ao ensino superior. Instituições privadas aguardam o anúncio de mais recursos destinados ao Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), iniciativas bem destacadas durante a campanha eleitoral.

Ao assumir o cargo no início de janeiro, Santana afirmou que estará “sempre aberto ao diálogo franco e respeitoso” com entidades e organizações do setor. “Iremos enfrentar os problemas e encontrar as soluções juntos”, ressaltou. “São muitos os desafios, mas estou convicto de que conseguiremos avançar”.

Em reunião com reitores de universidades federais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o Fies e minimizou as críticas sobre os custos do programa. “O Brasil tem milhões de pessoas que sonham com a universidade. E eu vou me incomodar com a dívida de um estudante? Eu tenho certeza que o jovem que arrumar emprego vai cumprir com o compromisso de pagar sua dívida”, salientou. “Quem vai financiar o Fies é o Estado brasileiro. Nós vamos dar um voto de confiança à juventude”.

Na ocasião, Lula também mencionou a “resistência” em alguns Estados quanto à formação de médicos. “Temos que combinar o desejo da pessoa estudar com a necessidade que o país tem de qualificar pessoas. Precisamos investir mais em engenharia, medicina. Em São Pau-

lo, eles são contra formar médicos demais, mas na maioria desse país, a gente tem carência de médicos”, enfatizou.

O assunto, inclusive, integrou a pauta da reunião do MEC com representantes do ensino superior particular. De acordo com Santana, em breve será restaurado o Grupo de Trabalho para analisar a nova política de formação médica do país. A pasta também pretende atuar para a desburocratização do processo regulatório, numa “gestão de transparência e diálogo” com as IES.

“A AMIES acredita na colaboração entre o poder público e o setor privado. As instituições privadas têm sido o principal motor da expansão do ensino superior nas últimas décadas. No entanto, entendemos que o poder público deve aumentar a sua participação. Quanto mais recursos para programas como o Fies e o Prouni, mais estudantes serão beneficiados e poderão cursar a graduação com qualidade e segurança”, frisou o presidente da AMIES, Inácio de Barros Melo Neto.

Equipe - Entre os nomes anunciados para o segundo escalão do MEC estão o de Denise Carvalho para Secretaria de Educação Superior (SES), Helena Sampaio para a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Mercedes Bustamante para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Manuel Palácios para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ministério da Educação revoga regulação de cursos de medicina atrelada ao Mais Médicos



Logo no início do ano, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria 1.061/2022 que atrelava os procedimentos para autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento, além dos aditamentos para aumento de vagas dos cursos, ao Mais Médicos. A norma em questão foi publicada nas últimas horas do governo Bolsonaro. Portanto, voltaram a valer as regras anteriores: [portaria normativa MEC 16/2014](#), [portaria 328/2018](#), [portaria 523/2018](#) e [portaria 893/2022](#).

Para o assessor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros, a suspensão das medidas tomadas pela gestão anterior indica que o novo ministro Camilo Santana deseja definir a política a ser adotada no que diz respeito aos cursos de medicina, podendo, inclusive, dar continuidade aos editais de chamamento público no âmbito do Programa Mais Médicos. “Importante destacar que, nos termos da portaria MEC 328/2018, a chamada ‘moratória’ para a publicação de editais de chamamento público para autorização de cursos e para protocolo de aumento de vagas de medicina se encerrará em 5 de abril de 2023”. Ou seja, até lá, a nova gestão do MEC deve tomar uma decisão de como será a política.

Paralelamente, o setor educacional aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema. A Corte tomará decisões em relação à Ação Declaratória de Constitucionalidade 81 e à Ação Direta de Inconstitucionalidade 7187, que tramitam conjuntamente no STF, com a relatoria do ministro Gilmar Mendes.

Na ADC 81, a Associação Nacional de Universidades Particulares (Anup) pede a suspensão da abertura de graduações fora da Lei dos Mais Médicos e a derrubada de liminares já concedidas pela Justiça às instituições. Já na ADI 7187, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) contesta a restrição de novas graduações de medicina e aumento de vagas dos cursos aos chamamentos públicos previstos na Lei 12.871/2013, por contrariar as garantias constitucionais da legalidade estrita, da isonomia, do direito de petição, da autonomia universitária, da livre iniciativa e concorrência.

Segundo o MEC, há mais de 200 pedidos judiciais para a criação de novos cursos ou vagas em medicina no país. As solicitações vêm sendo feitas há cinco anos, segundo a pasta informou à Advocacia Geral da União (AGU).

Aumenta em 30% a procura de brasileiros por cursos no exterior



Com a diminuição das restrições para a entrada em outros países, aumentou a procura por cursos superiores no exterior. De acordo com a *Student Travel Bureau* (STB), no ano passado houve um aumento de 30% na busca por graduações e pós-graduações, em comparação a 2019, ano anterior à pandemia de coronavírus.

O Canadá é o país procurado, mas também há muito interesse por oportunidades na Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, especialmente quando há a possibilidade de conciliar os estudos com o trabalho.

Além de ter um olhar diferente para a carreira e ampliar a atuação além do país, os estudantes buscam especializar-se em áreas que estão em alta, **mas não têm amplo leque para a formação no Brasil**, como tecnologia, inovação e ESG (sigla em inglês para governança ambiental, social e corporativa).

“Estudar fora abre janelas diferentes das abertas num curso no Brasil. Isso porque, além da parte acadêmica em si, possibilita o desenvolvimento de competências comportamentais essenciais hoje em dia, como adaptabilidade, flexibilidade e resiliência”, frisou a vice-presidente do STB, Christina Bicalho.

MERCADO

▶ Com ventos contrários no cenário macroeconômico, o ano de 2023 pode ser difícil para o ensino superior brasileiro, na avaliação de analistas do Santander.

▶ Revogação de portaria do MEC sobre cursos de medicina pode ajudar empresas, diz Citi. No entanto, a moratória e as mudanças constantes nos marcos regulatórios podem aumentar a aversão dos investidores sobre as empresas do setor.

▶ Portuguesa Cespu chega ao Brasil com ensino de referência na área de saúde. Primeiro campus é em Pernambuco.

▶ Ser Educacional aprova a incorporação do Centro de Ensino Superior Piauiense (FAP Teresina), do Centro Integrado de Educação Superior do Piauí (FAP Aliança) e da Sociedade de Ensino Superior Piauiense (FAP Parnaíba). Empresa conclui compra do Centro Universitário Sete de Setembro, em Fortaleza.

▶ Uninassau Play: conheça a nova plataforma de streaming educacional.

▶ Arco Educação finaliza aquisição de empresa de gestão financeira escolar.

▶ Cogna emite R\$ 500 milhões em debêntures para capital de giro. Oferta é voltada a investidores qualificados.

Inep divulga cronogramas de realização de exames e produção estatística em 2023

Por meio de portarias específicas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou os cronogramas das ações que serão executadas pela autarquia em 2023. As normas trazem os prazos das etapas de inscrição, aplicação de provas e divulgação dos resultados.

Para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), as inscrições deverão ser feitas entre 27 de junho e 31 de agosto, com provas marcadas para o dia 26 de novembro. Os resultados serão divulgados apenas em 10 de setembro de 2024.

Também estão disponíveis as principais datas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Compe-

tências de Jovens e Adultos (Encceja), do exame para o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Foi divulgado ainda o cronograma do Censo Escolar da Educação Básica 2023. Além disso, o Inep publicou as datas referentes aos indicadores produzidos pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) e pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes). Quanto ao Censo da Educação Superior 2022, o cronograma já havia sido publicado em dezembro.

Projeto de Lei propõe desregulamentação de 106 profissões e fim do exame da OAB



O projeto de lei 3081/2022, de autoria do deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), propõe a desregulamentação de profissões e atividades que não ofereçam risco à segurança e à saúde da população, inclusive engenharia, fisioterapia e psicologia. A ideia é também acabar com o exame de ordem da OAB. "O exercício profissional fica limitado a condições que, muitas vezes, não refletem critérios que, de fato, tornam a prática mais segura. O que ocorre é que

grupos de interesse almejam uma fatia do mercado para seu exclusivo usufruto", justifica o parlamentar.

A proposição gerou críticas de várias entidades profissionais, que consideram o PL um retrocesso e já articulam entre os deputados para barrar a aprovação. "O argumento atenta contra os ditames constitucionais do desenvolvimento econômico, da justiça social e da dignidade da pessoa humana, tendo em vista que a atuação regulamentar do Estado permite zelar pelo cumprimento dos preceitos éticos, científicos e técnicos das categorias profissionais", frisou o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Em defesa do Qualis, Capes publica conjunto de documentos

Após duras críticas da comunidade científica ao Qualis, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) publicou uma **documentação** com o histórico da construção do modelo do Qualis Referência e o **detalhamento** da metodologia adotada. De acordo com o órgão, ligado ao Ministério da Educação (MEC), o objetivo é ampliar o conhecimento dos procedimentos adotados na elaboração da classificação dos periódicos usada durante a avaliação do quadriênio 2017-2020.

O Qualis é um dos instrumentos utilizados para avaliar a produção intelectual de professores, estudantes e egressos dos cursos de mestrado e doutorado. O sistema avalia, exclusivamente, as publicações informadas na Plataforma Sucupira pelos



programas de pós-graduação. A lista preliminar divulgada no final de 2022 foi consolidada a partir das apurações realizadas no âmbito da avaliação 2017-2020 pelas 49 áreas de avaliação.

De acordo com a Capes, desde 2015, grupos de trabalho discutiram formas de aperfeiçoamento da metodologia usada na classificação dos periódicos. A comissão de acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 publicou relatório em 2018 apontando recomen-

dações. Após essa etapa, a metodologia foi aprovada pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) e cada área de avaliação detalhou seus critérios específicos.

Diante da repercussão negativa, a Capes ressaltou que fará a análise de todas as solicitações de recursos e que "o diálogo estará presente nos processos de decisão relacionados ao Qualis, garantindo o cumprimento do seu papel na melhoria do sistema de avaliação".

BOLSAS



O governo federal deve anunciar nos próximos dias o reajuste no valor das bolsas da Capes e do CNPq. De acordo com o ministro da Educação, Camilo Santana, o aumento terá validade imediata após o anúncio, mas ele não adiantou o percentual. As bolsas de pesquisa estão sem reajuste há 10 anos. Segundo a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), a perda no poder de compra é de 75%. Desde 2013, os pesquisadores recebem R\$ 1.500 (mestrado) e R\$ 2.200 (doutorado).

PREMIAÇÃO



O **Prêmio Capes Talento Universitário** vai dar R\$ 5 mil para mil estudantes de graduação que alcançarem as melhores notas em prova de conhecimentos gerais. O concurso, que está em sua terceira edição, é para os alunos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2021, ingressaram na graduação em 2022 e estão matriculados em instituição de ensino superior pública, privada ou militar. As inscrições vão até 22 de fevereiro. São oferecidas 24 mil vagas.

UNICEF



O Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) divulgou novo relatório que revela que crianças de famílias mais pobres são menos beneficiadas por financiamentos do governo para educação pública. O documento analisa dados sobre gastos na educação pré-escolar, primária, secundária e superior de 102 países. Alunos das famílias mais ricas obtêm mais de seis vezes do valor do financiamento público da educação em comparação com os mais pobres.

Manual orienta as IES sobre fluxo da avaliação externa *in loco*

Dirigentes das IES já podem ter acesso ao [Manual](#) para instituições de educação superior e cursos de graduação em fluxo de avaliação externa *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)

O documento foi organizado para auxiliar as instituições na compreensão e no acompanhamento do fluxo avaliativo. Isso acontece desde a criação do código de avaliação, pagamento de taxa, preenchimento do formulário eletrônico de avaliação, composição da comissão avaliadora, realização da avaliação e elaboração do relatório associado, até a finalização da avaliação pelo Inep e a disponibilização do relatório elaborado pela comissão avaliadora às instituições avaliadas e à secretaria competente do MEC, que dará continuidade ao processo decisório.



A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) começa a realizar neste ano a primeira grande avaliação mundial de crianças de 5 anos. Fundações privadas assumiram parte do valor para que o Brasil participe do exame. A entidade, a mesma que faz o Pisa, ainda aguarda uma oficialização do MEC.

Painel apresenta dados oficiais do PNE

Está disponível o novo [Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#). A ferramenta apresenta informações oficiais dos 56 indicadores de monitoramento do PNE. Por meio de gráficos e tabelas, o usuário pode observar os dados de forma desagregada, possibilitando um olhar mais acurado sobre o desenvolvimento do plano, que entra em seu último ciclo de execução. As informações podem ser desmembradas por regiões, unidades da federação e perfis socioeconômicos. Os dados são atualizados anualmente pelo Inep, sempre no mês de junho, embora a publicação dos relatórios dos ciclos de monitoramento das metas aconteça bienalmente, conforme prescreve a Lei do PNE. Os resultados são apresentados por meio de indicadores calculados pelo Instituto para acompanhar a evolução do plano. Também são



disponibilizadas as planilhas dos indicadores e a ficha técnica de cada um deles.

De acordo com os dados do Painel, o Brasil não alcançará a Meta 12, que trata sobre a educação superior. No indicador 12A (elevação da taxa bruta para 50% da população de 18 a 24 anos), o resultado alcançado em 2021 foi de 37,4%. Nenhuma região do Brasil atingiu a meta até o momento. No indicador 12B (elevar a taxa líquida para 33%), o país atingiu 25,5% em 2021. No indicador 12C (participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação), o esperado era chegar aos 40%, mas até 2020 a participação foi de 24,5%.

TCU apresenta dados sobre obras paradas

Um levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que as regiões Nordeste e Norte do país concentram 73,9% das obras paralisadas na área de educação. Ao todo, são 3.993 obras atualmente estagnadas. Deste total, o Nordeste soma

1.986 (49,7%), e a região Norte, 966 (24,1%). Em seguida, aparecem as regiões Sudeste, 560 (14%), Centro-Oeste, 275 (6,8%) e Sul, 260 (6,5%). Entre as obras paralisadas, estão prédios de universidades, escolas profissionalizantes, creches e pré-escolas.

EXPEDIENTE

Presidente: Inácio de Barros Melo Neto | **Vice-presidente:** Ricardo Benedito de Oliveira | **Diretor administrativo:** Alexandre José Braga Chaddad | **Diretor Técnico:** Fernando Passos | **Conselho de Administração:** Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | **Conselho Fiscal:** Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Francisco Leal Salles Neto | **Jornalista Responsável:** Dulce Mesquita (DRT 4425/PE)